

27 ABR 1993

JORNAL DA TARDE

4 JORNAL DA TARDE

Econ. Brasil

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Números que não convencem

O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, não deve esperar, nesta sua viagem a Washington, a mesma boa vontade que seus antecessores tiveram nos últimos dois ou três anos da parte do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. Por entender que o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento não estaria resolvido enquanto o maior devedor, o Brasil, não fechasse um acordo com todos os credores, Camdessus apoiou o programa econômico do governo Collor e demonstrou até certa simpatia pelo programa que o ex-ministro Paulo Haddad apenas lhe esboçara. Desta vez, porém, informam seus assessores, Camdessus pretende adotar uma posição mais dura com relação ao governo brasileiro, que não consegue enfrentar com coerência e persistência seus principais problemas econômicos.

Só por isso já seria difícil para Resende e seus assessores convencerem o FMI a avaliar o programa apresentado na reunião ministerial de sábado.

Mas um exame mais detido dos números e das metas apresentados pelo ministro naquela reunião aumenta as dúvidas sobre suas possibilidades de convencer os técnicos do FMI.

Só para o pagamento dos juros das dívidas interna e externa, por exemplo, o programa prevê a geração de um superávit primário (que exclui das contas públicas as correções monetária e cambial e as despesas com juros) de US\$ 16,45 bilhões, ou 3,9% do PIB.

Salta aos olhos que, na comparação dos resultados registrados no ano passado com as metas previstas para este ano, a principal contribuição para que o déficit operacional de US\$ 5,08 bilhões seja totalmente coberto vem de uma conta chamada "erros e omissões". No ano passado, essa conta apareceu como representando despesas de US\$ 4,75 bilhões; neste ano, aparece como receitas, e no valor de US\$ 1,28 bilhão. Sem um detalhamento maior dessa conta será difícil examinar com a necessária acuidade as metas do governo.

Do lado das receitas, o governo espera ter neste ano um ganho de US\$ 11,1 bilhões, ou 18,2% mais do que conseguiu arrecadar no ano passado. Mesmo que inclua a futura receita do IPMF (US\$ 3,6 bilhões), a previsão parece otimista demais e baseia-se, em boa parte, nas medidas de combate à sonegação com as quais o Fisco espera aumentar, por exemplo, a contribuição de empregados e empregadores para a Previdência em nada menos do que US\$ 3,7 bilhões.

Mesmo que o governo consiga esse aumento das receitas, no entanto, seus gastos devem crescer ainda mais, cerca de 27,9%, passando dos US\$ 40,76 bilhões de 1992 pa-

ra US\$ 52,1 bilhões neste ano. Poder-se-ia imaginar que os grandes contemplados com esse aumento de quase US\$ 12 bilhões seriam os programas sociais e de estímulo à atividade econômica que o governo anunciou sábado. Não é isso, porém, que vai ocorrer. A despesa que mais vai crescer neste ano é a da Previdência, que terá aumento de US\$ 6,2 bilhões. Em seguida, vêm os gastos com pessoal, que subirão US\$ 2,9 bilhões. Só então aparecem as despesas com os programas anunciados, que aumentarão US\$ 2,2 bilhões em relação ao que se aplicou em programas semelhantes no ano passado.

A conta "erros e omissões" de que falamos acima torna-se essencial para que, mesmo aumentando as despesas mais rapidamente do que as receitas, o governo federal possa, pelo menos no papel, fechar suas contas deste ano com um superávit primário de US\$ 6,85 bilhões, ou 1,62% do PIB.

Para completar os 3,9% de superávit primário previstos, o programa incluiu também resultados que devem ser atingidos pelas empresas estatais e pelos governos estaduais e municipais. No caso das estatais controladas pelos governos estaduais e pelas prefeituras, o programa manteve, para este ano, o mesmo resultado observado em 1992, que foi de um déficit de US\$ 1 bilhão. É intrigante, no entanto, que, para os controladores dessas empresas, os Estados e municípios, que no ano passado tiveram um déficit de 0,85% do PIB, o programa preveja para este ano um superávit primário de US\$ 5,56 bilhões, ou 1,32% do PIB. Nenhum instrumento, porém, é indicado para que os Estados e municípios sejam obrigados a cumprir essa meta.

É nas estatais federais que estão as metas mais realistas do programa. No sábado, foi anunciado um decreto que obriga as estatais a gerarem um superávit primário de US\$ 2,1 bilhões, ou 0,5% do PIB. Nas metas do programa, no entanto, as estatais federais vão contribuir com um superávit de US\$ 5,04 bilhões, ou 1,2% do PIB. É muito provável que a diferença entre essas duas metas seja coberta pelas privatizações, que o governo pretende acelerar.

É nas privatizações, de fato, que está o ponto mais forte do programa, visto que, com a venda das estatais, o governo não apenas se livra de dívidas antigas utilizadas no pagamento dessas empresas como se livra também das despesas que essas mesmas empresas lhe impunham ao produzir muito mais prejuízos do que lucros. Acelerar as privatizações foi o caminho que os países vizinhos trilham para colocar em ordem as finanças públicas e pode ser também o começo da solução para o Brasil, apesar das muitas dúvidas que o programa do governo Itamar Franco deixa no ar.